

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**CURSO DE ECONOMIA**

**O FETICHISMO DA MERCADORIA E A EXPLORAÇÃO**  
**CAPITALISTA DO TRABALHO**

**HILMA COLAÇO PINHEIRO**

**FORTALEZA**

**Março / 2001**

2002-2

**O FETICHISMO DA MERCADORIA E A EXPLORAÇÃO  
CAPITALISTA DO TRABALHO**

**HILMA COLAÇO PINHEIRO**

**Orientador: Aécio Alves de Oliveira**

Monografia apresentada à UFC-  
Universidade Federal do Ceará para  
obtenção do Título de Graduação em  
Economia.

**FORTALEZA**

**Março / 2001**

Esta Monografia foi apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Graduação em Economia outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/> <b>Hilma Colaço Pinheiro</b> <hr/>	<hr/> <b>Média</b> <hr/>
<hr/> <b>Aécio Alves de Oliveira</b> Orientador <hr/>	<hr/> <i>10,0</i> <hr/> <b>Nota</b> <hr/>
<hr/> <b>Carlos Américo Leite Moreira</b> Banca <hr/>	<hr/> <b>Nota</b> <hr/>
<hr/> <b>Assuero Ferreira</b> Banca <hr/>	<hr/> <b>Nota</b> <hr/>

**Título da Monografia:** O FETICHISMO DA MERCADORIA E A EXPLORAÇÃO  
CAPITALISTA DO TRABALHO

Monografia Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Ao Professor Aécio pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Aos meus pais, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1. As relações capitalistas de produção.....	08
1.1 Trabalho e sociabilidade humana.....	08
1.2 A produção capitalista de mercadorias.....	12
1.3 Transformação do dinheiro em capital.....	14
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2. Lucro e Exploração: O núcleo central do sistema capitalista.....	17
2.1 O processo de trabalho capitalista.....	17
2.2 Mais-valia e produtividade.....	22
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3. Reestruturação produtiva e alienação do trabalho na atualidade.....	27
3.1 O atual processo de reestruturação produtiva e as novas forma de consumo da força de trabalho.....	27
3.2 O aumento da exploração e a alienação do trabalho.....	35
<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	41

## RESUMO

Este trabalho se propõe a realizar uma análise do fetichismo da mercadoria e suas conseqüências sobre a natureza da exploração do trabalho, bem como, verificar o desenvolvimento histórico do processo de trabalho capitalista e o atual processo de reestruturação produtiva.

A análise realizada por Marx do fetiche da mercadoria e de sua manifestação, como dinheiro, nos permitirá compreender que esse fetiche não está presente apenas na mercadoria, mas sim em toda a sociedade, que não tem consciência de si mesma, que não penetra e nem organiza diretamente sua forma de socialização. Essa sociedade passa a ser representada de forma simbólica por um objeto externo, que por sua vez virá a exercer poder sobre todos os membros dessa sociedade. Com a modernidade o dinheiro assume definitivamente essa função. A razão universal rebaixou-se a uma racionalidade funcional a serviço do processo de valorização do dinheiro, aqui os papéis são invertidos e a razão universal se revela como um mero reflexo da abstração real objetiva do dinheiro.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se originou de alguns estudos em uma das mais belas obras já escritas, O Capital.

A forma como Marx analisa a sociedade e o sistema capitalista diverge completamente da forma tradicional. Seu método de análise e interpretação não se restringe a uma abordagem econômica, mas também política e social. Ele não vê o homem apenas como um ser capaz de gerar valor, mas repleto de possibilidades para atender suas necessidades físicas, intelectuais e espirituais. Se para Adam Smith a divisão do trabalho era um processo de desenvolvimento das forças produtivas, a partir do qual seriam gerados benefícios para o sistema, inclusive em âmbito mundial, Marx a analisava como uma forma de concretização das relações de alienação e antagonismo, de fragmentação do processo produtivo e conseqüentemente do trabalhador. Marx não analisou apenas a aparência dos fatos e sim sua essência: a teoria do valor-trabalho por ele desenvolvido nos revela a essência do sistema capitalista de produção, daí sua importância para entender essas relações.

Dentre os vários aspectos por ele analisados foi escolhido como tema desta monografia o fetichismo da mercadoria e suas conseqüências sobre a natureza da exploração do trabalho.

No primeiro capítulo veremos alguns conceitos com os quais Marx elabora sua teoria, que vão desde o conceito mais simples de mercadoria até o conceito de fetichismo. No segundo capítulo apresentamos alguns aspectos da relação entre processo de trabalho, mais-valia e produtividade com ênfase nestas duas últimas categorias. No terceiro capítulo discorreremos sobre o atual processo de reestruturação produtiva e a desqualificação que afeta a força de trabalho como seu resultado. Finalmente, na conclusão da monografia é apresentada uma síntese do desenvolvimento do trabalho, bem como, a observância das conseqüências do desenvolvimento do capital, para o trabalhador e o capitalista.



## CAPÍTULO 1

### 1. AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

Nesse capítulo pretende-se compreender as categorias com as quais Marx trabalha a questão do fetichismo, tentando entender o lugar que esta ocupa no seu projeto teórico/prático. O objetivo é revelar o caráter da exploração capitalista e desmistificar a essência do significado da mercadoria para assim desvendar as faces ocultas do mercado. Para tal será necessário fazer-se uma análise de alguns conceitos elaborados por Marx em O Capital.

#### 1.1 TRABALHO E SOCIABILIDADE HUMANA

O conceito de trabalho é o pressuposto para a compreensão da natureza e origem da mercadoria, e a mercadoria é a categoria primeira na ordem de exposição em Marx, pois é a forma mais simples da existência do capital.

O trabalho desempenha um papel essencial na análise da realidade social, pois apresenta uma dupla dimensão: como condição de existência humana, ou seja, expressando a necessidade natural de transformação da natureza pelo homem de forma a satisfazer suas necessidades; e, ao mesmo tempo, essa atividade universal apresentando-se de forma específica a uma sociedade historicamente determinada.

*“Por isso, não se pode considerá-lo como um mero fator” de produção. Pelo contrário ele é, antes de tudo, algo historicamente constituído e determinado. Ele é o princípio de sociabilização das formas históricas da produção, e não simplesmente um “fator” técnico entre os outros elementos de trabalho, como faz entender a economia política clássica e sua sucedânea, a economia neoclássica.”(TEIXEIRA, F.J.S. Pensando com Marx, p.49-50).*





O trabalho, segundo a análise do modo de produção capitalista feita por Marx, apresenta-se de duas formas: como trabalho concreto e como trabalho abstrato. O trabalho concreto pode ser definido como o trabalho necessário para se produzir objetos úteis, ele é definido por Marx como: "... aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso".(MARX, L1, vol.um, p.49).

As trocas que se efetivam entre distintas mercadorias significam, na realidade, que estão sendo indiferenciados diversos tipos de trabalho concretos de acordo com o produto que se está produzindo. Ou seja, trata-se do confronto entre trabalhos úteis, qualitativamente diferentes, gerando valores de uso também diferentes, que se expressam em mercadorias com uma característica própria, com qualidades próprias e diferentes das demais, que dão sentido à troca, "Casacos não se permutam por outros tantos casacos iguais, valores-de-uso idênticos não se trocam". (MARX, Karl, L1, vol um, p.49)

A diversidade dos trabalhos conforma a divisão do trabalho, condição necessária para que ocorra a produção de mercadorias, visto que, para que tenhamos valores de uso se apresentando como mercadoria é preciso que estejam no contexto amplo de trabalhos úteis qualitativamente distintos.

*"Numa sociedade, cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, - essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho.(MARX,Karl,L1,voll,p.49)*

O trabalho concreto, portanto, está presente em todos os valores de uso podendo ser dito como indispensável à existência da mercadoria. Daí que, para ser capaz de satisfazer suas necessidades o homem terá que agir sobre a natureza de modo a transformar os objetos nela existentes em objetos que lhes sejam úteis.

O trabalho concreto estará inserido em todos os estágios do desenvolvimento, não podendo, portanto, assumir o papel já referido de determinante histórico de uma sociedade. Neste sentido, o trabalho concreto apresenta-se submetido a um outro tipo de trabalho a que Marx chamou de trabalho abstrato. Para se entender o trabalho abstrato faz-se necessário observá-lo não em uma sociedade mercantil simples, mas na sociedade capitalista, onde o capital já realizou o processo de simplificação do trabalho e porque não dizer de desqualificação do trabalho.

Para que duas mercadorias possam se confrontar no mercado o trabalho terá que assumir uma qualidade social nova, tornar-se trabalho indiferenciado, abstrato. Isso não quer dizer que o trabalho concreto deixe de existir dentro do modo de produção capitalista, apenas significa que o mesmo terá que ser submetido ao trabalho abstrato, ocorrendo assim à alienação do trabalho pelo próprio trabalho.

O trabalho abstrato só poderá manifestar-se dentro das relações de troca, que por sua vez corresponde a uma expressão de igualdade necessária que permite determinado grau de comparabilidade entre dois produtos. Caso contrário não se teria como comparar uma tonelada de ferro com uma obra de arte. A relação de troca torna-se possível através de um processo de abstração de seus valores de uso.

*“As propriedades naturais só interessam pela utilidade que dão as mercadorias, por fazerem destas valores-de-uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação.” (MARX, Karl L1, voll, p.44)*

Como o próprio nome diz troca pressupõe igualdade entre valores de uso diferentes, visto que, não teria sentido se trocar um produto por ele mesmo. E para que a troca se realize é preciso que todas as mercadorias sejam avaliadas utilizando-se um mesmo parâmetro: o tempo de trabalho necessário para se produzir uma mercadoria. Contudo, é

importante frisar que esse tempo não é o de trabalho isolado e sim o tempo médio socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

*“...o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto durante sua produção... o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho. Toda a força de trabalho da sociedade, - que se revela nos valores do mundo das mercadorias, - vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social, e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.” (MARX ,Karl ,LI, voll,p.45,46)*

Esse trabalho medido através do tempo de trabalho socialmente necessário, foi chamado por Marx de trabalho abstrato, com o qual todos os trabalhos individuais perdem suas particularidades e o trabalho torna-se geral e descaracterizado. Com esse processo a forma capitalista de produção de mercadoria transforma-se em:

*“Um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho e a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho”. (IANNI, Octávio,MARX,p.08)*



## 1.2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DE MERCADORIAS

A mercadoria se apresenta como valor-de-uso e como valor-de-troca. O caráter valor-de-uso existe através da própria materialidade das mercadorias. Marx assim descreve o significado do valor-de-uso:

*“A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual fôr a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”(MARX, Karl, L1, voll, p.41)*

O valor-de-troca depende da quantidade de trabalho destinada à produção da mercadoria. Esta revela-se como valor-de-troca nas diferentes proporções e em função da quantidade de trabalho nelas empregado. Ou seja, todas as mercadorias são objetivações do trabalho humano e apenas em decorrência deste fato é que o câmbio entre elas torna-se possível. Mas quando Marx fala de trabalho igualado, por exemplo, na troca de duas varas de linho por um casaco ele não se refere ao trabalho de coser ou de fiar. Para ele os diversos tipos de trabalhos particulares se reduzem a uma única forma de trabalho, o trabalho humano abstrato como foi dito no tópico anterior. É no valor-de-troca que o trabalho abstrato se expressa, desaparecendo assim o caráter útil dos produtos do trabalho: trabalho abstrato é por isso um quantum de trabalho indiferenciado na troca, independentemente de sua existência particular como o de fiar ou de coser. A mercadoria pode ser dita então como a cristalização do trabalho humano necessário à produção. A magnitude do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessária à produção, que por sua vez estará associada a mudanças tecnológicas, destreza dos trabalhadores e organização da produção, dentre outros aspectos.

Por outro lado, o valor de qualquer mercadoria só pode ser expresso pelo valor de outra. Na forma geral de valor uma mercadoria é eleita para assumir a condição de equivalente geral, e todas as demais se equiparam a este equivalente que é considerado a corporização do trabalho social humano. Na sociedade mercantil moderna o dinheiro é o resultado do desenvolvimento da forma valor, constituindo-se, portanto na expressão final da mercadoria, - daí ser considerado o equivalente geral, adquirindo a forma preço. Portanto

nessa sociedade a posse de equivalente geral ou dinheiro significa comando, não só sobre o mundo das mercadorias, mas também sobre pessoas, dependendo, é claro, de seu volume.

O dinheiro irá proporcionar a realização da igualdade e da liberdade no sentido de que através dele tornar-se-á possível a troca entre diferentes possuidores de mercadorias. No momento da troca ocorre uma aparente igualdade entre o comprador e vendedor, uma vez que as diferenças sociais são encobertas durante o processo. Da mesma forma, a liberdade se mostra presente no sentido de que todo homem é livre para comprar e vender seus produtos na medida de sua necessidade aparecendo aí a noção jurídica da pessoa. Portanto, igualdade e liberdade aparecem como relações sociais existentes apenas no ato da troca, transformando as relações entre pessoas em relação entre coisas, tornando coisificadas as relações sociais.

Com o desenvolvimento do capital, o produto do trabalho humano transforma-se em mercadoria, e o homem passa a ser considerado ao nível fenomênico, um mero e necessário produtor de mercadorias. A mercadoria aparece como algo natural, sem princípio e sem fim, ocorrendo aí um processo de fetichização. Ela parece tornar-se independente, e ao relacionar-se com outras, tende a se constituir o sujeito da produção.

Esse fetichismo na sociedade capitalista encobre tanto o caráter histórico, quanto o caráter social do trabalho. A mercadoria aparece no modo de produção capitalista de forma cada vez mais dominante, impondo sua vontade sobre os trabalhadores, como se estes não fossem os responsáveis diretos pela sua produção; como se os produtos fossem exteriores ao próprio trabalhador, enquanto na realidade ela é o reflexo palpável do trabalho. A mercadoria perde seu brilho quando compreendemos que o fundamento de seu valor é o trabalho humano. É na força de trabalho enquanto mercadoria, que encontramos a substância valor que aparece intrínseca às mercadorias.

A mercadoria não possui mistério pela sua qualidade de valor-de-uso e nem pela sua existência enquanto valor-de-troca, mas pelas relações sociais que os homens obedecem ao estabelecerem a troca no modo de produção capitalista. A mercadoria adquire o papel predominante no mercado como sujeito ativo na relação entre capital e trabalho, posicionando-se independentemente do seu produtor direto, o trabalhador.



### 1.3 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

Diferentemente do que nos procura mostrar a ideologia liberal, o processo de valorização do capital não se dá na esfera da circulação e sim na da produção. Para melhor entender essa afirmação temos que esclarecer alguns pontos.

Se na esfera da circulação se dá a troca de equivalentes, e se onde há igualdade não pode haver ganho, como pode desse processo ocorrer a valorização do capital?

É necessário lembrar também que a formação da mais-valia não pode ser explicada pelo fato de o vendedor vender suas mercadorias acima do valor e o comprador comprá-las abaixo do valor, pois em um momento posterior ambos se apresentarão no mercado com papéis invertidos e quando analisamos o mercado como um todo perceberemos que o que ganhou na venda perderá na compra e vice-versa,

*“ Os representantes da ilusão de que o valor excedente(mais-valia) decorre de um acréscimo nominal de preço, ou do privilégio do vendedor, de vender caro a mercadoria, pressupõe, por isso, a existência de uma classe que apenas compra sem vender, e por conseguinte só consome sem produzir. Até o ponto em que chegamos em nossos estudos, o da circulação simples, a existência dessa classe é inexplicável. Mas, antecipemo-nos. O dinheiro com que essa classe compra continuamente, deve chegar às suas mãos continuamente, sem troca, de graça, saindo dos bolsos dos possuidores de mercadorias, em virtude de um privilégio ou do direito de força. (Marx, Karl, L1, voll, p.182)*



Ao analisarmos o mercado como um todo podemos perceber que o mesmo não sofreria qualquer alteração com o movimento de compra e venda acima exposto. O que se tem na verdade é: de um lado, um acréscimo de valor (mais-valia), e do outro uma perda de valor (menos-valia), o que por sua vez nos vem mostrar que dinheiro não pode ser gerado em cima de dinheiro e sim em cima de trabalho(produção).

O modo de produção capitalista têm, como base para sua conformação a compra e venda da força de trabalho. Desprovido dos meios de produção o trabalhador submete-se a vender a única mercadoria que possui e o capitalista por sua vez paga, um salário que corresponde ao valor de sua força-de-trabalho individual, não pagando pela força-de-trabalho combinada, que é gerada com o agrupamento das forças individuais. Com este agrupamento têm-se uma maior economia no uso dos meios de produção, bem como uma redução no tempo necessário para realizar determinada tarefa que pode ocorrer em função do processo de fracionamento do trabalho. Tal fracionamento significa que o trabalhador não mais participará de todas as etapas da produção e sim se especializará em uma única, tornando-se cada vez mais rápido, despendendo um tempo cada vez menor na execução de uma dada tarefa.

Só assim têm-se como explicar a misteriosa valorização do dinheiro durante o processo produtivo. A forma geral desenvolvida por Marx (D-M-D'), onde dinheiro compra mercadorias que são vendidas por valores superiores ilustra bem o que foi dito.

*“Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, Karl, L1,voll,p.210,211).*



Como podemos observar o fetichismo característico daquela aparente igualdade quando da troca de equivalentes fica desvendado tão logo seja analisado o processo de valorização do capital. Nesse processo encontram-se combinados os elementos do capital produtivo, meios de produção e meios de trabalho. A força-de-trabalho desdobra-se de tal modo que além de reproduzir seu próprio valor, cria também um valor excedente. Se a duração do processo de trabalho significa um dispêndio de trabalho do qual resulte exatamente um valor igual ao valor da força de trabalho, isto meramente reperia o salário pago pelo capitalista, somente nessa situação ocorreria uma troca de equivalentes, mas do ponto de vista do capital essa situação contradiz a própria existência do modo de produção capitalista.

## CAPÍTULO 2

### 2. LUCRO E EXPLORAÇÃO: O núcleo central do sistema capitalista

Depois de repassados alguns conceitos elaborados por Marx para melhor entender o modo de produção capitalista, faz-se necessário analisar os momentos que caracterizaram as mudanças pelas quais passou o processo de trabalho capitalista. Tais momentos que caracterizaram o desenvolvimento histórico do capital concretizaram-se como decorrência da necessidade de acumulação e de controle efetivo sobre os trabalhadores. Acumular capital e tomar para si toda a responsabilidade de tal processo constitui-se na característica central do modo de crescimento do sistema capitalista. Para tal, a sociedade produtora de mercadorias faz uso abundante do trabalho abstrato, ou seja, busca reduzir todos os aspectos da vida a uma mera quantificação expressa em dinheiro.

#### 2.1 O PROCESSO DE TRABALHO CAPITALISTA

O trabalho em geral pode ser definido como um processo onde existem formas de interação entre o homem e a natureza, que desta retira os meios necessários para sua sobrevivência. O trabalho humano diferente do animal se dá de forma consciente e premeditada, orientado pela inteligência e não pelo instinto. Marx assim o definiu na citação que se segue:

*“Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.” (MARX, Karl, L1, vol1, p.202)*

O homem através de sua ação transforma os produtos da natureza em algo útil. Para tal ele necessitará de alguns elementos básicos: o próprio trabalho, representado pelo homem em atividade; os objetos de trabalho, que são as matérias-brutas retiradas diretamente da natureza e os instrumentos de trabalho. Esses elementos por sua vez reunidos resultarão em um produto transformado, marcando dessa forma o fim do processo.

A essa capacidade exclusivamente humana de executar trabalho pode-se definir como força de trabalho, apresentando-se de forma distinta e não inter-cambiável com qualquer outra. O trabalho quando visto como um fator de produção só se equipara aos demais fatores aos olhos do capitalista.

Na sociedade capitalista os elementos do trabalho se apresentam de uma forma social particular. Os meios de produção se apresentam como capital, o trabalho como trabalho assalariado e a terra como objeto de compra e venda. O processo de produção só poderá se iniciar com a existência de uma relação de produção estabelecida entre os três elementos acima mencionados. Esse processo se dará através da concentração de todos os elementos técnicos em uma única unidade econômica, e é somente com essa combinação que o sistema capitalista terá sua base de constituição.

Faz-se necessário nesse momento analisar em uma perspectiva histórica alguns pontos: De onde surgiram as condições necessárias para que o capitalismo se desenvolvesse? De onde surgiu a força-de-trabalho necessária? De onde surgiu a acumulação primitiva?

Marx, em seu primeiro livro, analisa essas questões como resultado de uma total dissociação do trabalhador de seus meios de produção. Através da decomposição da sociedade feudal criaram-se elementos necessários à formação da estrutura capitalista. Para que o trabalhador pudesse vir ao mercado com sua mercadoria força-de-trabalho, teria que ser completamente liberto do sistema de servidão que anteriormente o prendia.

Observa-se nesse período de decomposição um processo violento de expropriação dos camponeses:

*“Marcam época na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe*

*capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. (MARX, Karl, L1, vol2, p.831).*

O processo de desenvolvimento pelo qual passou as forças produtivas vista pelo lado do trabalhador não modificou em nada o nível de sujeição do mesmo. Esta é apenas encoberta por conceitos fetichizados. A dominação passa apenas do senhor feudal para o capitalista.

Em um primeiro momento o servo enquanto trabalhador rural, estava preso à terra, tinha a posse mas não era proprietário da unidade de produção. Tem-se uma relação de subordinação onde o servo teria que trabalhar para sobreviver e para o enriquecimento do senhor feudal. O tempo de trabalho semanal de um servo era dividido em duas partes: na primeira trabalhava para assegurar sua subsistência e de sua família, e, na segunda parte, para o enriquecimento do senhor feudal. Assim, o trabalho excedente está representado pela diferença entre o tempo de trabalho total e o necessário a sua subsistência.

Na sociedade constituída por capitalistas e assalariados, o tempo de trabalho também é dividido em necessário e excedente, só que se apresentará de forma diferenciada. No sistema produtor de mercadoria o assalariado não produz diretamente seus meios de consumo, simplesmente os compra com o salário recebido. Sendo assim, o trabalho necessário não pode ser definido como o tempo necessário para se produzir esses meios e sim pelo tempo de trabalho realizado por outros trabalhadores. Uma diferença crucial do ponto de vista da alienação da produção é que no sistema capitalista torna-se de difícil percepção a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente, pois o trabalhador passa o dia inteiro dentro da unidade produtiva, enquanto no sistema feudal trabalhava parte do tempo em sua parcela da terra, para sua subsistência, e outra parte nas terras do senhor feudal. Uma outra diferença é que, sendo o trabalho realizado no transcorrer de uma jornada, o assalariado aparentemente recebe por todas essas horas, nenhuma parece ter sido fornecida gratuitamente. A divisão



entre trabalho necessário e o trabalho excedente (gratuito) fica encoberta pelas remunerações atribuídas a capitalistas (lucros) e a trabalhadores (salários), como se os mesmos tivessem sido acordados por algum critério de justiça.

As comparações deixam clara a existência de uma classe que se apropria do excedente gerado no processo de produção, cada sistema apresentando formas distintas de apropriação e legitimação que se constituem como modos de produção. Estes, por sua vez, apresentam-se em três níveis: econômico, jurídico-político e ideológico. No primeiro poderíamos perceber as características do trabalho, a forma de apropriação do excedente, o grau de conhecimento do trabalhador com relação ao meio físico que o rodeia, o nível de produtividade e o produto em si. No nível jurídico-político têm-se as normas e leis vigentes e as instituições existentes como os três poderes, o exército, os tribunais, etc, que no conjunto compõem o que ficou conhecido por Estado. Do ponto de vista ideológico são criadas formas de alienação, através dos meios de comunicação, da escola, etc, com as quais transmite-se para a sociedade a idéia de que o sistema existente é o sistema natural, justificando o modo de produzir a mercadoria e a diferenciação de classes como necessários para o desenvolvimento da humanidade.

Voltando à questão inicial em que o ciclo aparentemente fechado onde dinheiro se transforma em capital, que por sua vez retorna ao processo para gerar mais capital nada foi mencionado quanto à acumulação primitiva como ponto de partida necessário para a constituição do capitalismo. De acordo com Marx a acumulação primitiva, que de milagrosa não tem nada, foi fruto de um processo violento de expropriação que marcou os períodos anteriores.

*“Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma estória ocorrida no passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do*

*que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a êsse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dêle, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham êsses poucos parado de trabalhar há muito tempo. (...) É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. (MARX, Karl, L1, vol2, p.829)*

Percebe-se pois que dentro do processo de enriquecimento da classe dominante a expropriação tem seu lugar reservado. Na produção o homem não age apenas sobre a natureza e sim sobre outros homens, estabelecendo relações de dominação. Só através de relações sociais o processo de produção se realiza, e, por sua vez, aquelas só se alterarão através do desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas. É este desenvolvimento que determinará os períodos históricos.

*“Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidos. O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.” (MARX, Karl, L1, vol1, p.204)*



## 2.2 MAIS-VALIA E PRODUTIVIDADE

A intensificação do consumo da força de trabalho sempre foi o principal objetivo do capitalista. Pode-se perceber este fato ao longo dos processos de reestruturações pelos quais passou o capital no seu desenvolvimento. Para melhor compreender esta questão far-se-á uma breve descrição das formas de organização da produção que se desenvolveram com o capitalismo.

Têm-se inicialmente a cooperação simples, cuja principal característica é a reunião de trabalhadores, antes isolados em seus locais de trabalho, num mesmo local. Isso precedido da compra e venda de força-de-trabalho. O trabalho antes individualizado passa agora a ser executado em um mesmo local com um prévio planejamento e sobre o comando do possuidor dos meios de produção. Apesar dos meios de produção não terem sofrido modificações, os mesmos podiam ser utilizados de forma coletiva, o que reduzia os custos de produção. Deve-se observar também que com a reunião das forças produtivas individuais obtêm-se um resultado superior àquele anteriormente conseguido, provando assim que o trabalho combinado é capaz de gerar um maior valor excedente, em decorrência da elevação da produtividade. Os salários evidentemente eram pagos levando em consideração a força-de-trabalho individual e não a força-de-trabalho combinada ou força produtiva social.

Essa forma de cooperação representa o ponto de partida do processo de trabalho capitalista. Nesse momento do desenvolvimento do capital já está concretizada a separação entre os meios de produção e os produtores imediatos. Contudo, trata-se de uma forma de organização do trabalho limitada pelo fato de a concepção e execução do trabalho serem ainda dominadas pelo produtor direto.

Sendo assim, com a simples centralização dos trabalhos individuais, com a utilização coletiva dos mesmos meios de produção do período anterior, e por fim com o planejamento e gerenciamento do capitalista, os aumentos da jornada de trabalho, com a nova organização, possibilitaram a geração de um crescente valor excedente historicamente adequado ao novo modo de produção.



Face à limitação acima colocada, onde estava presente uma relativa dependência do capital ao trabalho, somada à necessidade do capitalista de aumentar a produtividade do trabalho, inicia-se um novo processo de reestruturação das bases produtivas. A manufatura ou a chamada cooperação complexa, tendo como principal objetivo eliminar os limites de acumulação de capital presentes na organização anterior, introduzirá a chamada divisão técnica do trabalho. Nesse momento, além do agrupamento dos produtores e da separação dos mesmos de seus meios de produção, teremos uma desvinculação parcial do produtor ao produto gerado. Com essa divisão do trabalho o mesmo passará a desempenhar uma única etapa do processo, agora dividido em diversas operações parciais.

A divisão técnica do trabalho deu ao capitalista o instrumento que ele precisava para eliminar as barreiras que impediam a acumulação, pois a mesma criou condições objetivas para o capital descobrir a mais-valia relativa. Esse processo transforma o antigo trabalho criativo e completo em um trabalho repetitivo, contribuindo para a perda da percepção do todo. Torna-se também desnecessário o acúmulo de conhecimento dos períodos anteriores já que para se realizar tarefas simples torna-se necessário apenas um certo grau de especialização, o que acarretou o início do processo de desvalorização da força de trabalho. Essa organização do trabalho também veio possibilitar posteriormente a especialização dos instrumentos de trabalho, elevando a produtividade através do aumento na destreza do trabalhado individual. A característica repetitiva do trabalho e a redução no tempo de realização entre as tarefas, possibilitou a redução de custos e um significativo aumento na capacidade produtiva. Pode-se melhor visualizar essa evolução no quadro abaixo:

**Quadro 1: A transformação capitalista das técnicas de produção**

	Tipo de Empresa			
	Oficina Artesanal (Trabalhador individual independente)	Capitalista (Trabalhador coletivo subordinado ao capitalista)		
		Manufatura com cooperação simples	Manufatura com cooperação complexa	Grande indústria
Divisão técnica do trabalho	Não	Não	Sim	Sim
Meios de trabalho utilizados	Ferramentas simples	Ferramentas simples	Ferramentas simples	Máquinas-ferramentas
Tipo de trabalho e relações técnicas de produção	Trabalho qualificado controlando todas as ferramentas	Trabalho qualificado controlando todas as ferramentas	Trabalho parcelado controlando ferramenta parcelada	Trabalho parcelado subordinado à máquina

(GOUVERNEUR, Jaques, *Les Fondements de L'Économie Capitaliste – Introduction à l'analyse économique marxiste du capitalism contemporain*, 2<sup>ème</sup> édition refondue et augmentée, L'Harmattan-Paris et Contradictions-Bruxelles (1995), cap.VII).

Conforme podemos observar no quadro acima retrata uma evolução da transformação das técnicas de produção. Na cooperação simples têm-se a utilização de ferramentas simples, sem a presença da divisão do trabalho, possuindo o trabalhador total controle sobre o processo. Em um segundo momento da evolução, chamado de cooperação complexa, a divisão técnica do trabalho se faz presente marcando o início de perda do controle por parte do trabalhador. Nesse momento, apesar da utilização de ferramentas simples, o trabalhador exerce um controle parcial sobre o processo. Com o advento da grande indústria, além da utilização da divisão técnica do trabalho, têm-se agora a substituição das ferramentas por máquinas-ferramentas. Diferentemente dos dois estágios iniciais, quando as ferramentas serviam ao trabalhador apenas como meio de trabalho, nesse último ele passa a



servir à máquina. A quantidade e a qualidade deixam de depender do trabalhador e passam a depender da máquina; com isso, os trabalhadores tornam-se cada vez mais desqualificados e substituíveis. É notório que essas transformações técnicas não se apresentam de forma neutra, pois seu aperfeiçoamento acarretam uma ampliação contínua da dominação capitalista sobre o processo de trabalho, e conseqüentemente sobre o trabalhador.

Contudo, a acumulação de capital posterior esbarrou nos limites da base técnica existente, pois esta dependia da destreza e habilidade do trabalhador. Portanto, era de essencial importância naquele momento revolucionar a estrutura produtiva de forma a desvincular definitivamente o produtor do produto final: máquinas e tecnologias avançadas se fizeram necessárias. A simplificação e especialização das novas tarefas criaram a necessidade de utilização de equipamentos mais velozes e simplificados até para acompanhar o novo ritmo imposto pelo sistema.

Em um momento posterior tem-se a substituição da ferramenta pela máquina. Aqui o trabalhador não mais tem o comando sobre os instrumentos de trabalho: a máquina o comanda, determina o ritmo e qualidade do trabalho. Enquanto no processo anterior esse ritmo era determinado pelo vigor e habilidade com que o trabalhador manuseava a ferramenta, o trabalhador aqui não passa de um complemento, a máquina assume o papel de primeira grandeza dentro do processo.

O surgimento desse operário fracionado traz consigo a desqualificação quase que total do trabalhador, tornando-o substituível, entregue aos movimentos da máquina: o trabalhador se encontrará totalmente subjugado, tanto material como espiritualmente. Outro fator a ser analisado é que com o sistema de maquinária muitos trabalhadores foram dispensados e tornaram-se facilmente substituíveis, gerando assim uma redução na demanda por força-de-trabalho que só poderia ser compensada numa fase de forte expansão da economia.

Dessa forma, parece-nos claro que ao capitalista não interessa o trabalho individual e sim o trabalho coletivo, não interessa os danos causados ao trabalhador com o processo de modernização da base produtiva, e sim a possibilidade de um consumo mais intenso da força de trabalho. Confirma-se, nesse momento, um processo de qualificação-



desqualificante da força de trabalho, tornando o trabalhador ainda mais alheio a seu próprio trabalho.

*“Toda fase do processo do trabalho é divorciada, tão longe quanto possível, do conhecimento e preparo especial, e reduzido a simples trabalho. Nesse ínterim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quanto possível da obrigação de simples trabalho. Deste modo é dada uma estrutura a todo processo de trabalho que em seus extremos polariza aqueles cujo tempo quase nada vale. Esta poderia até ser chamada a lei geral da divisão do trabalho capitalista. Não é a única força atuando sobre a organização de trabalho, mas é certamente a mais poderosa e geral. Seus resultados, mais ou menos adiantados em cada indústria e ocupação dão irrecusável testemunho de sua validade. Ela modela não apenas o trabalho, mas também populações, porque a longo prazo, cria aquela massa de trabalhos simples que é o aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos.”(BRAVERMAN, Harry, Trabalho e Capital Monopolista, A degradação do trabalho no século XX, terceira edição, Zahar Editores-RJ).*

Com a descoberta da mais-valia relativa (através dos aumentos de produtividade), o capital consegue alterar as proporções de trabalho existentes dentro da jornada. Ou seja, com o aumento da produtividade têm-se uma redução no tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência, possibilitando assim um aumento no trabalho excedente. Considerando que a jornada de trabalho está dividida em trabalho necessário e trabalho excedente se perceberá que qualquer variação só poderá ocorrer de forma inversamente proporcional, enquanto,

*“A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.”(MARX,Karl, L1,vol2,p.585).*

Verifica-se, portanto, ao se fazer uma análise histórica do processo de trabalho capitalista, a concretização de um desenvolvimento sustentado pela exploração de uma classe por outra. Desde a cooperação simples até a grande indústria o capitalista vem de todas as formas tentando elevar sua produtividade, e para tal vem desenvolvendo seu maquinário, investindo em novas tecnologias no intuito de tornar o trabalho mais fragmentado, mais simples e conseqüentemente mais rápido. Toda essa estrutura serve de base para os novos processos de reestruturação produtiva pelo qual vem passando o capital nos dias de hoje. Tal questão será analisada no capítulo que se segue.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ALIENAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE**

Neste capítulo veremos como o capital mais uma vez consegue superar as barreiras que impediam sua evolução. Com as novas formas de consumo da força-de-trabalho têm-se a redescoberta da mais-valia absoluta; com as modernas formas de reestruturação do capital, intensifica-se o trabalho, amplia-se a jornada de trabalho. Tais mudanças, associadas ao relaxamento de direitos dos trabalhadores conformam um novo quadro de aprofundamento da subsunção formal e real do trabalho ao capital. Além disso, como veremos, os processos de concentração e centralização de capital deverão acentuar as diferenças sociais, e afetar negativamente a qualidade de vida do trabalhador de uma forma geral, bem como a intensificar a degradação do meio ambiente.

#### **3.1 O ATUAL PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS NOVAS FORMAS DE CONSUMO DA FORÇA DE TRABALHO.**

Como já foi observado nos capítulos anteriores, a utilização de investimentos em novas tecnologias sempre esteve relacionada à possibilidade de se reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, o que resulta, do ponto de vista da produção, em um aumento nos níveis de produtividade, e do ponto de vista do capital, um maior controle sobre o trabalho. No momento atual do desenvolvimento do capital o capitalista não apenas preocupa-se com tais aspectos, mas ainda com o acirramento da concorrência inter-capitalista. Nessa luta concorrencial têm-se a eliminação, a absorção e a subordinação das empresas mais fracas às mais fortes, permitindo a estas últimas um maior controle sobre o conjunto das produções, e sobre o capital global da sociedade.



Esse processo de concentração é algo imanente à dinâmica do sistema do capital, o que exige contínuas modificações em sua base técnica, acentuando a concorrência. A permanente necessidade de acumulação de capital exige crescentes investimentos em ciência e tecnologia. As diferenças de ritmos dão origem a processos de concentração e centralização de capital. Pode-se observar claramente esses processos no período de boom econômico vivido no pós-Segunda Guerra até o início dos anos setenta, esse período é caracterizado pela realização de grandes investimentos em capital dentro do padrão taylorista-fordista de organização do trabalho: uma produção padronizada e em larga escala. Daí o surgimento de oligopólios que passaram a dominar o mercado de mercadorias com amplitude mundial.

Segundo Gouverneur, os processos de concentração podem ocorrer de uma forma diversificada, conforme veremos abaixo:

1. Um processo de concentração através da eliminação de empresas marginais que não conseguem se manter no mercado devido a forte concorrência. A concentração irá viabilizar à efetivação de acordos entre as grandes empresas sobreviventes como a fixação de um preço comum, normalmente superior ao da livre concorrência, possibilitando aos grandes uma elevação em suas margens de lucro.

2. Um processo de concentração pela diversificação da linha de produtos, podendo abrir novas filiais ou apenas formalizar algum acordo monopolista. Com essa diversificação, as grandes empresas tornam-se conglomerados, temos aqui a concentração do capital em diferentes ramos.

3. Outra forma encontrada pelas grandes empresas para continuarem seu processo de expansão são os processos de absorção de empresas mais fracas e dos processos de fusão, esse tipo de concentração também pode se dar dentro do mesmo ramo de produção ou ao nível do conjunto de ramos, com isso temos a formação de trustes.

4. A concentração pelo controle piramidal é outra forma de concentração, nesse processo as grandes empresas passam a controlar um número sucessivo de empresas menores através normalmente da aquisição de um percentual no número de ações. As grandes empresas tornam-se holdings, onde possuem o controle e submetem as menores a uma estratégia única sem no entanto precisarem possuir a propriedade jurídica.



5. Uma outra forma utilizada de controle da propriedade real é a subcontratação, que pode se dar sem que a grande empresa adquira parte das ações das menores, o processo se dará através da formalização de contratos de compra e venda, as grandes empresas impõem suas normas e exigências. Esse processo se apresenta da forma seguinte: a grande empresa compra um produto semi-elaborado não tendo despesas diretamente com mão-de-obra, matérias prima e custos fixos em geral. São pequenas e microempresas as responsáveis pela fabricação desses produtos, formalizados através de contratos entre fornecedores e compradores que mascara o contrato anterior de compra e venda de força-de-trabalho. As relações antagônicas entre capital e trabalho se apresentam aqui como relações de cooperação e amizade entre parceiros comerciais. Com essa nova forma de estruturação o trabalhador se sente como se fosse um cidadão livre, dono de seu próprio negócio, onde ele mesmo organiza o processo de trabalho e sua jornada de trabalho. Para ir mais longe ele se sente um verdadeiro comerciante em face da condição de vendedor de trabalho objetivado. Temos aqui um sistema onde reina a liberdade, a propriedade e principalmente a igualdade, visto que, ambos vão ao mercado com seus produtos não mais representando interesses antagônicos. As diferenças existentes na troca deixam de existir, a liberdade para o capital torna-se significativamente maior.

Com a subcontratação as formas de pagamento são alteradas, o salário não é mais acordado através de negociação, e sim medido pela capacidade produtiva de cada trabalhador, ou seja, o dia de trabalho é calculado com relação a quantidade de mercadorias fornecidas as unidades finais de produção. É levado em consideração também a qualidade do produto, já que é de responsabilidade do fornecedor manter um padrão de qualidade, que por sua vez será fiscalizado pelo comprador, tendo o fornecedor que assumir todos os custos com esses produtos. Outro fator importante a ser colocado é que o tempo de trabalho necessário a produção é fixado pela empresa compradora que por sua vez a utilizará como base de pagamento dos produtos, e caso esse tempo não consiga ser cumprido seus custos devem ser assumidos pela empresa fornecedora.

Têm-se aqui uma forma mais aperfeiçoada de extração de mais-valia, visto que, ao se observar por exemplo a esfera da circulação, o trabalhador não se apresenta apenas como vendedor de sua força de trabalho, mas sim como vendedor de uma mercadoria por ele produzida. Devido a essa modificação, a exploração que podia ser percebida com a venda da

força-de-trabalho deixa de existir. Observa-se aqui uma nova forma de estruturação do trabalho abstrato, onde a desigualdade e a exploração dão lugar a uma falsa liberdade e igualdade. A ação dos sindicatos torna-se desnecessária, já que os contratos de trabalho são substituídos por contratos de compra e venda de mercadorias.

Como consequência pode ocorrer uma queda significativa na massa global de salários, associada a uma elevação no nível de desemprego, visto que, com o repasse para terceiros de parte de suas atividades internas torna-se desnecessário a grande indústria manter o mesmo número de trabalhadores antes empregados. Com isso, lança-se no mercado uma grande massa de desempregados que em parte poderão ser absorvidos pelas pequenas empresas que hoje produzem parte do produto gerado pela grande empresa. Verifica-se, portanto, além de um aumento do desemprego, uma redução da média de salários pagos.

O momento atual do desenvolvimento do capital tem por base a acumulação flexível e a automação, o qual esse momento pode ser visto como mais uma evolução vivida pelo capital. Verifica-se na atualidade uma quebra na rigidez do consumo de força-de-trabalho, bem como, da distribuição espacial da produção. As bases de sustentação do novo processo se apóiam: na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, da força-de-trabalho e de produtos; no surgimento de novos setores de produção, novos mercados e sobretudo em um alto nível de inovações comerciais, organizacionais e tecnológicas. Têm-se nesse momento mudanças na linha de produção, máquinas com flexibilidade para possibilitar a criação de novos produtos, avanços na organização do trabalho de modo a atender as necessidades correntes. Tais processos, por sua vez, através dos aumentos de produtividade, geram uma potencialização da capacidade produtiva, no entanto, se esse aumento não vier acompanhado de uma demanda agregada crescente, se terá uma significativa redução nos níveis de emprego, que é o que se verifica nos dias atuais.

Com a observância da evolução histórica das formas de consumo da força-de-trabalho verifica-se tanto um processo de desvinculação entre o trabalhador e o produto gerado, como um processo de qualificação-desqualificante da força de trabalho. Através dos seguidos avanços tecnológicos têm-se trabalhadores manuseando equipamentos altamente modernizados e no entanto sem a necessidade de uma maior especialização dos mesmos. O



que se percebe é que com o passar do tempo as tarefas vão ficando mais simplificadas e repetitivas tornando possível a qualquer pessoa, qualificada ou não, executar determinada função. Observa-se também que como as tarefas são simples, facilmente os trabalhadores podem executar qualquer função, surgindo um trabalhador polivalente mas em contra-partida facilmente substituído. O quadro abaixo nos permitirá melhor visualizar o desenvolvimento do processo produtivo, bem como a divisão técnica do trabalho como fator determinante para a elevação do processo de desqualificação da força de trabalho.

Nesta sociedade para se conseguir viver o homem é obrigado a vender sua força-de-trabalho, para tal terá que se mostrar útil (lucrativo). Com a venda, o trabalhador aliena não só suas faculdades físicas mas também as mentais e ao oferecer sua mercadoria em troca de dinheiro o homem assim a transforma em uma mercadoria como qualquer outra. É tirado do trabalhador muito mais que sua autonomia de trabalho, ou seja, sua capacidade de pensar, de se auto-analisar e de analisar o processo como um todo; é tirado do mesmo qualquer possibilidade de questionar e se rebelar contra o processo.

A acumulação é o único objetivo do capitalista, que para tal não medirá esforços, incluindo-se novas estratégias e ações para enfrentar uma concorrência que se acirra. Os danos causados à humanidade e à natureza ficam em segundo plano, desde que seus objetivos sejam alcançados. Têm-se aqui uma inversão de valores, o homem deixa nesse momento de ser o regulador e passa definitivamente a ser regulado pela sua criação, o dinheiro. Esta questão será melhor vista no tópico que se segue.

Esse processo de acumulação, como foi dito acima, não pode ser freiado, pois se o fôsse contrariaria a própria estrutura do sistema. O que se verifica atualmente é uma ampliação nas relações de exploração, que agora podem ser percebidas além das fábricas, ou seja, entre países com graus diferentes de desenvolvimento.

Com os atuais processos de reestruturação produtiva e organizacionais, as novas formas assumidas pelo imperialismo projetam-se através do livre comércio de mercadorias e



de capitais, bem como, os meios políticos necessários à livre comercialização. Segundo Gouverneur,

*“O imperialismo econômico é exercido à base de meios propriamente econômicos(“pacíficos”) e/ou à base de meios políticos(mais ou menos violentos). O meio econômico por excelência é a livre circulação de mercadorias e de capitais: a livre-troca de mercadorias permite aos países tecnicamente avançados arruinar as produções concorrentes dos países menos avançados; a livre circulação de capitais permite às grandes empresas dos países dominantes se instalar diretamente, em função dos próprios interesses, nas economias dos países dominados. Os meios políticos do imperialismo econômico são extremamente diversificados: “pacto colonial” impedindo a fabricação local de produtos suscetíveis de concorrer com as importações provenientes da metrópole: imposição de livre-câmbio nas relações econômicas internacionais (observar o papel da Organização Mundial do Comércio na atualidade); estabelecimento de tarifas aduaneiras ou outras barreiras protecionistas, violando o princípio da livre-troca, mas destinadas a resguardar as indústrias localizadas nos países dominantes; modalidades de “empréstimos vinculados” especificando a produção a ser realizada e obrigando a compra de meios de produção do país prestador; modalidades de “créditos condicionados” subordinados a adoção de “políticas de ajustamento estrutural”(papel atual do Fundo Monetário Internacional-FMI);etc..(GOUVERNEUR, Jacques.,Les Fondements de L'Économie Capitaliste –Introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain, 2<sup>ème</sup> édition refondue et augmentée, L'Harmattan-Paris et Contradictions-*

*Bruxelles, 1995, Capítulo VII, p.147, nota 14, conforme tradução do Professor Aécio Alves de Oliveira-UFC).*

De acordo com o que foi visto acima, os países desenvolvidos conseguem estabelecer uma divisão internacional do trabalho de acordo com seus interesses, adequando a estrutura produtiva dos países dominados de modo a se beneficiarem destes últimos. O discurso implementado defende o fortalecimento do mercado, enquanto instrumento regulador da economia, com ênfase numa total desregulamentação das atividades econômicas, particularmente no que se refere à livre movimentação de mercadorias, de dinheiro e da compra e venda da força-de-trabalho.

Esse novo processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando o sistema capitalista tende a favorecer significativamente o crescimento das grandes empresas e a conseqüente concentração de capital. As grandes empresas transnacionais, através da exportação de capital para países menos desenvolvidos, onde teriam total liberdade de se instalarem e de concorrerem com as empresas locais, em virtude de suas estruturas mais avançadas, começam um processo de diversificação de suas unidades produtivas, e se libertando dos limites geográficos que as impediam de elevar o volume de sua produção global.

O atual processo de desenvolvimento do capital resulta na criação de estruturas produtivas altamente mecanizadas onde a necessidade do trabalho imediato quase não se faz necessária. Contudo o que se verifica com esse desenvolvimento é que apesar de a indústria parecer ter superado todas as barreiras que impediam a dominação do capital sobre o trabalho, ela o faz negando as bases de sua própria valorização, o trabalho vivo como criador de valor, e dessa forma ela teve que desenvolver novas formas de organização do trabalho, paralelas àquelas existentes em seu interior. Essas novas formas de produção de valor e mais-valia surgem basicamente dos processos de subcontratação, das cooperativas de trabalho fraudulentas e dos empregos temporários.

*“As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas, espalhadas ao seu redor, que tem como tarefa fornecer os inputs necessários, para serem transformados em outputs por aquele monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação.” (TEIXEIRA.Francisco José Soares, Pensando com Marx, Editora Ensaio, p.30)*

Dessa forma, o trabalho abstrato ainda se apresenta de forma essencial na análise do sistema, as formas podem ter sido modificadas subdivisões podem ter sido feitas mas o núcleo central do sistema ainda é a exploração do trabalho e a capacidade deste de gerar valor excedente. Sendo assim, a teoria do valor trabalho escrita por Marx apesar do tempo e de todas as críticas sofridas ainda é capaz de explicar esse processo, já que as mudanças sofridas pelo capital não alteraram sua essência.

### **3.2 AUMENTO DA EXPLORAÇÃO E A ALIENAÇÃO DO TRABALHO**

A evolução dos níveis de produtividade, resultantes das seguidas transformações tecnológicas e organizacionais pelo qual vem passando o modo de produção capitalista, traz consigo um acirramento na contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais que lhe servem de suporte. Para tal, também concorrem as estratégias de ampliação de mais-valia possibilitadas pela acumulação flexível. Com esta, têm-se uma recombinação das estratégias de obtenção de mais-valia, só que agora as mesmas se apresentam de forma mais intensificada, pois têm-se a elevação da exploração do trabalho acompanhada de uma

extensão da jornada (com a redescoberta da mais-valia absoluta), um relaxamento nos direitos dos trabalhadores, bem como uma total desregulamentação nas formas de circulação de mercadorias e do capital (financeiro-especulativo).

“Aqui, a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro(mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixo salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital. .... *Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho.*”(HARVEY, David, *Condição Pós-Moderna*, Editora Loyola,p.174).

O capital nesse momento introduz mudanças de caráter técnico e organizacional, os avanços tecnológicos imperam como prioritários dentro do movimento do capital, a engenharia genética, a microeletrônica, a biotecnologia estarão disponíveis apenas para grandes grupos econômicos devido a necessidade de grandes investimentos. A informação tecnológica é a grande arma para o enfrentamento de uma concorrência cada vez mais acirrada.

Com o aumento da produtividade têm-se uma maior apropriação da mais-valia produzida em detrimento de uma redução na qualidade de vida de grande parte da população,



de um enfraquecimento das organizações populares, bem como, de um acirramento dos problemas sociais. Na essência dessas transformações está uma significativa elevação na exploração do trabalhador, bem como, uma maior subsunção do trabalho ao capital.

O processo de desqualificação pelo qual vem passando a força-de-trabalho durante todo esse avanço técnico-produtivo, além de desvalorizar a mesma, por não mais ser necessários treinamentos e especializações para se executar uma dada função, joga no mercado uma massa de trabalhadores que hoje incapacitados para o sistema ficam a margem do processo. A responsabilidade por essa incapacidade é jogada para os detentores dessa força de trabalho que não apresentam capacitação para acompanhar as evoluções pelo qual vem passando o sistema.

Ao longo de seu desenvolvimento o capital vem rompendo os limites de sua acumulação, para tal faz-se necessário novas formas de consumo da força-de-trabalho, tendo sempre como base um aprofundamento na alienação dos trabalhadores com relação ao conteúdo de seu trabalho.

Paralelo a esse desenvolvimento tem-se a precarização do emprego, a obrigatoriedade do trabalhador se submeter a contratos temporários de trabalho, ampliação de formas de subcontratação, trabalhos em tempo parcial, subemprego, redução salarial, elevação nos níveis de concentração de renda, bem como, uma elevação nos níveis de miséria. Parece-nos, no entanto, que essa realidade não é percebida quando se descreve essa nova fase de desenvolvimento atualmente vivida pelo capital: o mundo novo no qual vivemos está mascarando uma triste realidade, onde seres humanos são submetidos a níveis de pobreza inaceitáveis, para que outros, possam esbanjar luxo e riqueza. A mundialização do capital deixa de fora parcelas expressivas da população, de tal modo que a maioria se sacrifica em proveito da minoria.

Em conjunto com o desenvolvimento da técnica e da produtividade do trabalho, que representam os aspectos positivos do progresso, desenvolve-se também aspectos negativos de agressão ao homem e a natureza. Ao se analisar a força produtiva humana, verifica-se que durante as várias fases do desenvolvimento do capitalismo ela vem sofrendo variadas perdas que vão desde a propriedade dos meios de produção até a possibilidade de vender sua força de trabalho.

A lógica do lucro secundariza as necessidades sociais e como o sistema não tem condições de absorver toda a força de trabalho, uma boa parte é deixada a margem do processo sem a menor condição de sobrevivência. Ao mesmo tempo as condições de trabalho dentro da empresa, as condições de segurança e de saúde, o elevado numero de acidentes de trabalho, bem como, o excesso de trabalho cresce a possibilidade de doenças profissionais como particularmente o estresse. Outro fator a ser visto é que com a divisão do trabalho entre trabalhadores de execução e gerência têm-se uma grande maioria executando tarefas repetitivas, reduzindo assim suas capacidades de iniciativa e inovação, enquanto os que assumem os cargos de gerência não tem conhecimento do processo de produção que participam, tudo isso somado aos baixos salários e a obrigatoriedade de se submeter àquela situação para não arriscar perder o emprego tão almejado por tantos. Com essa padronização, os indivíduos são inseridos em um processo alienante em que perdem o poder de se manifestar de uma forma crítica com relação a realidade econômica, social e política.

Os danos causados ao homem e a natureza representam a parte negativa do desenvolvimento. Ao se analisar o desenvolvimento do capitalismo observa-se que em todos os seus estágios ocorreram elevações de produtividade e com isso a formação de um exército de reserva que servirá para acelerar o processo de desvalorização do trabalho.

Outro fator significativo a ser analisado é a produção de meios de destruição do homem e da natureza. A lógica do lucro estimula a fabricação de armas, drogas e energia nuclear. As lutas armadas acompanham a história da humanidade e o capitalismo exacerba suas causas, no intuito de garantir suas vendas. Com isso podemos perceber o poder e a crueldade desse sistema, que não mede esforços para atingir seu único objetivo: a reprodução ampliada do capital.



A natureza em qualquer sociedade fornece as matérias-primas básicas indispensáveis a produção, as quais em conjunto com a força-de-trabalho e o desenvolvimento científico e tecnológico as forças produtivas. O desmatamento acelerado e a desertificação de regiões, a poluição das águas, solos e ar com produtos químicos altamente prejudiciais a saúde, a monocultura intensiva que esgota a fertilidade do solo são alguns prejuízos causados a natureza. Os danos causados à natureza e, conseqüentemente, ao homem, os desequilíbrios climáticos, o desaparecimento de espécies animais, a redução da qualidade de vida da população são alguns dos “preços” que temos que pagar para que esse sistema possa continuar se desenvolvendo.



## CONCLUSÃO

A reflexão até aqui desenvolvida nos faz concluir que, dentro do sistema capitalista de produção não se pode maximizar simultaneamente o lucro e a qualidade da vida humana, não há reconciliação possível. Como foi visto Marx analisou toda a sistemática do capital e tornou evidente a existência da dualidade de classes em todos os momentos de seu desenvolvimento.

Mas, levando essa análise um pouco mais além, pode-se perceber que: com o desenvolvimento do capital (e seu sistema de regulação das leis de mercado), com o acirramento da concorrência intercapitalista e com a necessidade de uma mais intensa acumulação de capital, a sociedade capitalista torna-se aprisionada ao dinheiro e totalmente guiada pelo lucro. O sistema no qual está inserida, que vive da extração de mais-valia, passa a dominá-la. A dominação aqui colocada também se estende ao capitalista que é obrigado a se enquadrar ao sistema para não ser excluído do mesmo por outros capitalistas: a concorrência entre iguais marca o ápice desse desenvolvimento, com o qual têm-se a perda de alguns valores e a inversão de outros, tendo em vista que os fins justificam os meios. Por esse caminho o ser humano, de uma forma geral, perde em qualidade de vida, tanto em desenvolvimento pessoal, intelectual, social, quanto espiritual.

As relações capitalistas se estendem a todas as atividades da vida que vão desde as necessidades básicas do homem que inicialmente eram atendidas de forma gratuita pela natureza como a água, o ar que respiramos, até as necessidades em saúde, educação, lazer, esporte, etc. Ele consegue contaminar com seu espírito mercantil todos os segmentos da sociedade, inclusive sua célula-mãe, que é a família, passa a dominar, enfim, todos os aspectos da vida social.

No entanto apesar de todo esse poder tem-se aqui um sistema cheio de contradições, de diversidades e de aparências ilusórias, onde o dinheiro e a troca mascaram as relações sociais entre as pessoas. Os vestígios da exploração ficam encobertos no objeto, nos produtos que consumimos normalmente em nosso dia a dia. A esse véu Marx denominou fetichismo da mercadoria, um dos mais belos conceitos por ele trabalhados, pois desvenda as



reais relações sociais existentes por trás das relações entre coisas. Essa teoria possibilita eliminar da mente humana a ilusão e a aceitação da aparência dos fenômenos como essência.

No momento atual temos a riqueza material produzida muito mais pelo emprego tecnológico da ciência que pelo dispêndio direto do trabalho humano abstrato. Com isso observamos que o capital começa a apontar para seus limites de valorização absoluta. A automação generalizada dos processos de produção não pode ser realizada visto que ela implicaria no desaparecimento da força humana de trabalho, ou seja, da mais-valia capitalista, o que seria incompatível com o sistema. Outra contradição a ser analisada dentro do processo de automação vivido pelo sistema capitalista é sua incapacidade de absorver a massa de trabalhadores excluídos do sistema, ou seja, a elevação do lucro se apresenta de forma inversamente proporcional a satisfação das necessidades sociais, o que por sua vez também influenciará em uma redução nos níveis de consumo, aprofundando assim as crises de superacumulação.

O capital em si é uma contradição em processo, pois enquanto são investidas fortunas na automação, com o intuito de reduzir o tempo de trabalho a um mínimo necessário, por outro lado reafirma o tempo de trabalho como a única medida de riqueza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**, Livro 1, vol I, 13ª edição, 1989, Editora Bertrand Brasil S.A.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**, Livro 1, vol 2, 12ª edição, 1989, Editora Bertrand Brasil S.A

TEIXEIRA, Francisco J.S. **Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico –Comentada de O Capital**. 1995, Editora Ensaio.

IANNI, Octavio. Marx. **Sociologia**. 4ª edição. 1984, Editora Ática.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ª edição. 1996, Editora Loyola.

GOUVERNEUR, Jacques. **Les Fondements de L'Économie Capitaliste –Introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain**, 2<sup>ème</sup> édition refondue et augmentée, L'Harmattan-Paris et Contradictions-Bruxelles, 1995.

BRAVERMAN, Harry, **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**, terceira edição, Zahar Editores-RJ)